

GUERRA FRIA: UMA LEITURA DA FORMAÇÃO DE ASPECTOS CONCEITUAIS

COLD WAR: GLIMPSES OF A CONCEPTUAL FORMATION

GUERRA FRIA: UNA LECTURA DE LA FORMACIÓN DE ASPECTOS CONCEPTUALES

André de Almeida Chaves¹
Delmo Arguelhes²

Resumo: Este artigo pretende pensar a Guerra Fria (1947-89) sob o ponto de vista conceitual, tomando como axioma o acontecimento heideggeriano, enquadrado como uma estrutura narrativa. O ato de nomear os fenômenos não é uma via de mão única, visto que a linguagem *diz* o ocorrido e o ocorrido *rediz* a linguagem. Nesse sentido, a linguagem além de ser um meio de expressão de conceitos e pensamentos, torna-se uma arena de luta política. A divisão do mundo numa lógica bipolar moldou a linguagem política em um paradoxo dualista. Pretende-se, aqui, relacionar esse paradoxo na formação do discurso da Guerra Fria com a emergência de outros atores que o relativizaram e ressignificaram.

Palavras-chave: Guerra Fria; História dos Conceitos; Terceiro Mundo.

Abstract: This article aims to think the Cold War (1947-89) under the conceptual viewpoint, after the happening heideggerian axiom, i.e., framing it as a narrative structure. The phenomena naming act is not unidirectional. The language *says* what happened and what happened *re-says* the language. In this sense, language is not only a tool to express concepts and thoughts. It turns itself into political arena. The world's division under a bipolar logic has shaped the political language into a dualistic paradox. Here is intended to relate this paradox during the Cold War's discourse formation with the emergence of other actors whom have relativized and reframed it.

Keywords: Cold War; History of Concepts; Third World.

Resumen: Este artículo pretende pensar la Guerra Fría (1947-89) bajo el punto de vista conceptual, tomando como axioma el acontecimiento heideggeriano, i.e., encuadrado como una estructura narrativa. El acto de nombrar los fenómenos no es una vía de sentido único, dado que el lenguaje *dice* lo ocurrido e este *re-dice* el lenguaje. Bajo esa acepción, el lenguaje no es solamente un medio de expresión de conceptos y pensamientos, sino también es una arena de lucha

¹ Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil, E-mail: aac.orbis@uol.com.br

² Centro Universitário UNIEURO, Brasília, DF, Brasil, E-mail: delmo.arguelhes@gmail.com

política. La división del mundo bajo una lógica bipolar ha moldado un lenguaje político como un paradojo dualista. Se ha pretendido aquí relacionar ese paradojo en la formación del discurso de la Guerra Fria con la emergencia de otros actores que lo han relativizado y resignificado.

Palabras-clave: Guerra Fria; Historia de los Conceptos; del Tercer Mundo.

A maior parte da produção historiográfica ou teórica, mesmo jornalística, acerca do fenômeno conceituado como Guerra Fria (1947-89) tende a classificá-lo como axial, subordinando atores, ações e fenômenos ditos secundários a uma lógica sistêmica verticalizada, monotemática (v. EVANS & NEWNHAM, 1998, pp. 70-7). Nossa proposta, aqui, é delinear uma possibilidade de abordagem que relativize essa visão rígida do que se convencionou chamar cenário internacional. O que orienta esse início de trabalho é indagar até que ponto a Guerra Fria foi um fenômeno ou um epifenômeno do período a que serve de conceito definidor. Noutros termos, questionamos, se a Guerra Fria poderia, parafraseando Ortega y Gasset (1980, pp. 42-3), constituir, “por si mesma um todo inteligível”, uma “realidade inteiriça”; uma peça dramática que “não termina em si mesma, mas manifesta-se em sua história como fragmento de um todo mais amplo”.

Sob uma perspectiva ontológica, os eventos históricos apenas podem ser cognoscíveis a partir de estruturas narrativas. Processos históricos imprimem marcas na linguagem. Podemos afirmar, *grosso modo*, que a linguagem diz o fenômeno e o fenômeno redefine a linguagem. A realidade só existe como *fictio*. Isso define a tensão mito – fato histórico (ou ‘positivo’), potencializada pela tendência de simplificação exagerada, normativa, que sempre ameaça a reflexão histórica ou a análise empírica. Ademais, o estudo centrado na evolução de conceitos permite rigor no tratamento de fontes, bem como o desdobramento da análise de múltiplas narrativas. Em suma, propomos, preliminarmente, uma abordagem de alguns conceitos da *Guerra Fria*, no caso, de sua gênese: de 1947 à emersão do Terceiro Mundo.

Preâmbulo

Há sínteses e sínteses. Eric Hobsbawm (1997, p. 43) não foi feliz ao afirmar que para descrever a II Grande Guerra, seriam necessárias apenas duas palavras: “Adolf Hitler”. Apesar de ter exercido um papel singular de grande extensão nos acontecimentos, Hitler não pode ser a quintessência daquele conflito – da mesma forma que não poderia sê-lo Churchill, Roosevelt ou Vargas. Até mesmo a colocação como causa é inapropriada. Já a síntese elaborada por Slavoj Žižek talvez melhor insinue um cerne conceitual do discurso da Guerra Fria. Para ele, após a Grande Guerra de 1914-18, o Ocidente, capitalista, mobilizou o próprio excesso obscuro, na forma de

nazi-fascismo, para destruir os comunistas. Entretanto, tal excesso desgovernou-se, ameaçando o mundo e obrigando os capitalistas a se aliarem aos inimigos mortais para destruir o nazi-fascismo. Podemos, agora, extrapolar esse raciocínio sintético e afirmar que os fenômenos totalitários fascista e nazista são coparticipes, com o regime soviético, de um período de crise do Ocidente como *fictio*. Crise essa que, originada algum tempo antes, naquele momento era o ápice do esgotamento de um modelo teleológico universalista que, desde o século XVIII (mas com significações variáveis e cambiantes, como é próprio de qualquer conceito), convencionou-se conceituar como Ocidente.

Desvela-se, assim, uma abertura para a história mundial entre 1914 e 1989. Quando se pensa um evento histórico, jamais se pode começar pelo princípio, já que a própria trama histórica conduziria aos primórdios da história ou mesmo do mito, que se fundem num diáfano *Fiat* primordial. Nesse sentido, pensar o evento histórico como mecanicista resultante da relação bipolar entre causas e consequências é incorrer num falso problema, apartado de uma realidade que não é assim, sequer no campo das ciências ditas naturais.³ Uma causa definida implica obrigatória e necessariamente a trajetória rumo a certa consequência, um devir grafado como inevitável. As ações humanas são concebidas de modo mais adequado em termos de condicionantes, na medida em que o condicionante pode gerar uma série, infinita, mas limitada, possibilidades.

Enquanto a longa duração favorece uma visão panorâmica, percebendo o processo no próprio conjunto, um escopo mais limitado permite perceber os detalhes do processo. O olhar lançado pelo pesquisador sobre o objeto deve ficar oscilando entre essas duas posições; deve aproximar-se e afastar-se do objeto. Tal movimento pendular auxilia a desdobrar o objeto de estudo, sem perder de vista os eixos sincrônico e diacrônico. Esforcemo-nos, pois, no sentido de aplicar essa espécie de profissão de fé a nosso objeto específico.

Gênese: a Guerra Fria

O conceito de Guerra Fria foi cunhado, ao que se sabe pelo jornalista Herbert Bayard Swope, inicialmente referindo-se ao período inicial das hostilidades da II Grande Guerra, anterior ao irromper das hostilidades em grande escala (1939-40).⁴ Embora de maneira controversa, é igualmente

³ Ver capítulo 'Language and reality in modern Physics' de Hesenberg, *s/d*.

⁴ Cf. 'Cold War Origins – genealogy of the term'. In: **Encyclopedia of the New American Nation**. Disponível em <<http://www.americanforeignrelations.com/A-D/Cold-War-Origins-Genealogy-of-the-term.html>> (acesso a 23 de novembro de 2012). V. tb. EVANS & NEWNHAM: 1998, pp. 70-5.

atribuída a Swope contribuição a um discurso, proferido em 1947 por Bernard Baruch, que teria contido a primeira utilização do conceito de Guerra Fria para referir-se ao novo ‘Grande Jogo’, agora russo-estadunidense. Isso não impede afirmar que a fixação e consagração do conceito deu-se a partir de uma série de artigos elaborados por Walter Lippman (1947), como uma crítica à política de contenção propugnada por George Kennan em seu célebre artigo ‘The sources of Soviet conduct’, publicado na revista *Foreign Affairs* em julho de 1947 (v. KENNAN, 1947).

Como conceito, a Guerra Fria teve, desde então, múltiplos significados. Desde o Juízo Final, como o foi, marcadamente, de 1950 a 1962, até certo tempo mais ordenado e previsível, recordado quase que com certa nostalgia por certos autores e atores internacionais do Pós-Guerra Fria (v. Smith, 1999, pp. 30-1). Abordemos, pois, esses significados a partir de seu epílogo. Para nosso interesse aqui, é bastante sintomática a surpresa que o final inesperado da Guerra Fria causou na comunidade epistemológica das Relações Internacionais, em especial para os especialistas em teoria. Isso porque uma das poucas constantes conceituais verticalizadas da Guerra Fria, de Lippman a Reagan, passando por Stalin e Brejnev, é sua descrição como a realização da História, de maneira fundamentalmente quilialista⁵. Entre seus emanadores, o elo que garantia significado ao conceito era a realização da Humanidade em sua potencialidade histórica; a superação dialética de suas contradições político-sociais, um gnosticismo histórico.

Os dois campos antagônicos utilizavam o discurso - que forjava o mito e este que forjava o discurso - de serem os legítimos herdeiros da empreitada iluminista da libertação do homem, numa corrente contínua que percorreria a História (ocidental), da queda do *Ancien Régime* à derrocada do bloco inimigo. Seria o ponto derradeiro da batalha pelo Novo Homem, finalmente moderno. E, não por acaso, as duas sociedades políticas contendoras cultivavam a auto percepção de Nova Roma, demonstrado o quão pouco excepcional é o excepcionalismo (nos Estados Unidos, essa percepção permeia toda a narrativa identitária, com reflexos até na arquitetura da capital e nas analogias feitas pelos próceres da independência (v. p.e., HALPER & CLARKE, 2007, pp. 23-48) na Rússia, desde a queda do último bastião cristão-helênico, Constantinopla, em 1453, a apresenta-se a narrativa do destino russo como *Terceira Roma* (cf. LAATS, s/d) - em nada incompatível com a descrição como ‘pátria do socialismo’). O que afirmamos aqui é que o traço de continuidade conceitual da Guerra Fria é seu caráter apocalíptico e

⁵ Tipo particular - e de profunda expressão social - de crença escatológica milenarista. Aplicar-se-ia o termo a qualquer coisa composta por mil (ou milhares de) partes. O conceito, aqui, é um tipo *sui generis* e com fortes manifestações políticas de heterodoxia cristã baseada na crença de um evento escatológico que proporcionaria a radical transformação do ser humano e a subsequente realização da História, rompendo a antinomia das *civitates* agostinianas. A propósito, v. Gray, 2008; Agamben, 2002.

teleológico, furiosamente universal (a premissa de qualquer bloco é que seus valores e sua aspiração de futuro serão compartilhadas pela humanidade); uma síntese entre Joaquim de Flora⁶ e Hegel.

Como afirma John Gray (2012, p. 196), a “Guerra Fria foi uma que-rela de família entre ideologias ocidentais”. A Guerra Fria evoluiu, assim, como um conceito-função da disputa não entre alteridades, mas da luta pela ortodoxia; foi um combate contra a heresia. Esse é o *axis mundi* do conceito, sem o qual seus desdobramentos e (in)conclusões são incognoscível; tal eixo orientou a evolução da Guerra Fria e dos conceitos a ela subordinados. Foi apenas, portanto, mais um desdobramento do último episódio da Grande Guerra Civil do Ocidente, iniciado em 1914 e aparentemente concluído em 1989, cuja importância está mais vinculada ao declínio do Ocidente como mito⁷ e ao aparente esgotamento e retrocesso de sua expansão (v. Ferguson, 2006, pp. 596-654, tem interpretação curiosa).

Essa narrativa aplica-se à memória dos protagonistas centrais, agrupados em torno do projeto de internacionalismo estadunidense ou russo-soviético e, em proporção menor, à Europa, palco central ou nobre da confrontação. Cabe, portanto, questionar até que ponto esse conceito pode ser tratado de igual maneira pelos atores ditos periféricos da ordem pós-II Grande Guerra (como lembra HUIZINGA, 1990, p.102, a guerra é cultural enquanto lúdica, i.e., entre pares; contra ‘bárbaros sem lei’ não se espera senão a supressão). A evolução do conceito, positiva e negativamente, deu-se de maneira peculiar mundo afora, adaptando-se e sendo instrumentalizada por conceitos preexistentes e subsequentes, numa dinâmica menos simplista que aquela pretendida pelos conceitos originários da Guerra Fria. Esse léxico da Guerra Fria como inúmeras Guerras Frias (e de distintos graus de importância) é, em si, objeto de estudo próprio: se a Guerra Fria é, por assim aceitar a analogia, uma guerra civil pela herança de Roma e da fé iluminista-progressista, como lidaram com ela os bárbaros e pagãos?

⁶ Gioacchino da Fiore (1132 - 1202), místico da ordem cisterciense, definia a História da Humanidade, com base na tradicional descrição da História como Figura-Mundo (*Imago Mundi*) e numa particular hermenêutica bíblica, propunha que a História dividia-se linearmente pela Era do Pai (a Lei), do Filho (a Graça) e a do Espírito Santo (poder-se-ia defini-la como a Revelação do Espírito). Esta transcenderia as demais, inclusive a Era da Graça (aberta pelo Advento no Novo Testamento), solucionando as contradições históricas pela transformação do espírito dos homens.

⁷ Tomamos o conceito de “Ocidente como mito” em referência a “O Declínio do Ocidente, de Spengler, o que não significa adesão às suas teses. O que interessa nesse conceito, nas palavras de Eduardo Lourenço, é o ocaso do “Ocidente como projeto histórico de vocação universal...”, corroído “do interior pela incapacidade de harmonizar as diversas forças do seu Império e resistir às pressões... [dos] chamados ‘bárbaros.’” Cf. Lourenço, 2005, p. 10.

Contenção, contenções

Era parte do léxico da Guerra Fria, tanto nos EUA quanto na URSS, a atribuição da culpa pelo início das hostilidades ou, ainda, daquilo que Paul Johnson denominou “Paz pelo Terror”.⁸ A despeito da desinteligência entre Estados Unidos e Rússia revolucionária durante a Guerra Civil Russa, parece haver uma sublimação do antagonismo durante a aliança forjada pela II Grande Guerra (em que pese as evoluções dos alinhamentos anteriores à Operação Barbarossa). De fato, não raro, Roosevelt via a si e a Stalin como potenciais parceiros em prol do fim dos impérios coloniais e, como afirmou o próprio Roosevelt, “de um mundo de democracia e paz” (cf. STEFAN, s/d; MEACHAN, 2006, pp. 242-51, 300-22, 344, 402-6). Claro que havia os opositores dessa aproximação estadunidense-soviética, sintetizada nos Estados Unidos pela chamada *Escola de Riga* do Departamento de Estado. No entanto, a despeito de Roosevelt (v. GADDIS, 2005, pp. 3-23), a Guerra Fria não era uma fatalidade trágica nem a aproximação era farsesca, como demonstra a decisão aliada de abrir um segundo *front* (Operação Tocha) contra a Alemanha, sem qualquer vantagem estratégica senão aliviar a pressão teutônica sobre a Rússia. A despeito do que pensassem Churchill, Patton ou americanófilos em Moscou, a derrota do Eixo não precisaria conduzir a nova hostilidade - seja por razões ditas sistêmicas ou estruturais, seja por aquelas ideológicas ou materiais.

A cooperação dos esforços estadunidense-soviéticos (e respectivos leques de alianças) durante a II Grande Guerra, à parte os imperativos geopolíticos e políticas pregressas, deu-se num contexto conceitual de combate contra o Mal, contra os inimigos da Civilização Ocidental - os ‘hunos’, como definia, com felicidade não totalmente consciente, George S. Patton. No léxico estadunidense e soviético, a despeito das colaborações anteriores (como o Pacto Ribentropp-Molotov ou a simpatia de elites estadunidenses ao anticomunismo nazista), a II Grande Guerra adquiriu contornos totais, simbolicamente presentes na exigência de rendição incondicional da Alemanha - algo que em muito transcendia os objetivos militares (contrariando-os, como anotou o general Patton em seu diário, por “obrigar os hunos a lutarem até o último homem”). A Guerra Fria, então, quando começa, é uma narrativa herética; é a solução da divergência advinda não do encontro da alteridade, mas da disputa pela hegemonia no mesmo *corpus* social e identitário. É esse caráter, repetimos, que irá presidir a narrativa dos conceitos da Guerra Fria - não por acaso, a rejeição do adversário interno ou externo durante a Guerra Fria revestir-se-á sempre do léxico totalitarismo-fascismo-nazismo como maneira de desqualificar *ad personam* o adversário, qualifi-

⁸ A ideia de período de paz, como bem lembra Ferguson (2006), foi relativamente pacífico no centro do mundo Ocidental, i.e., a Europa e os Estados Unidos. Não é possível afirmar, de maneira alguma, que houve um interregno de paz no restante do mundo.

cando-o como o Mal – de maneira particularmente virulenta, haja vista a traição (ou ‘pecado’) original à causa.

Usando agora a síntese de Žižek como um axioma, pode-se pensar o conceito de *contenção* durante a Guerra Fria como a retomada da luta do Ocidente capitalista, liderado pelos Estados Unidos, contra o inimigo indicado no período pós Grande Guerra de 1914-8. Do lado soviético, conter o avanço ocidental também era crucial. Como numa *estória romanesca*,⁹ a contenção implicava no embate entre dois entes absolutos (o *bem* contra o *mal*, a *virtude* contra o *vício*), expressa pela habilidade do herói em superar os desafios propostos, sem espaço de confluência nuançada. Assim, tal narrativa conduz àquilo que Žižek (2004, p. 17) denominou paradoxo da *escolha correta*. Ou seja, o interlocutor tem o dom do livre arbítrio, desde que escolha a única opção *certa*. Dentro do discurso norte-americano, a opção seria entre o mundo livre, democrático e liberal e a ditadura totalitária comunista. No discurso soviético, a escolha seria entre a igualdade socialista (e a liberdade coletiva daí oriunda) e a ditadura opressiva do capital monopolista, imperialista e predador. No limite, o Outro era qualquer adversário, qualquer *inimigo objetivo* que fosse apresentado.¹⁰

As doutrinas de contenção não foram, igualmente, uma necessidade histórica ou um todo orgânico engendrado a partir do pronunciamento de Harry S. Truman ao Congresso dos Estados Unidos, em 12 de março de 1947, como sucedâneo da crise europeia. A morte de Roosevelt, antes do final das hostilidades da II Guerra, que terminou por levar ao gabinete um novo círculo de líderes, após um forte expurgo do gabinete Roosevelt, le-

⁹ Termo empregado por White, 1995, pp. 23 et seq. O tradutor optou por utilizar um termo da língua portuguesa, um anglicanismo já desautorizado (infelizmente) pela gramática ‘cult’, *estória* – distinto de *história* – já que o termo original é *story*. Tal distinção é fundamental para sublinhar o caráter narrativo da categoria. White adaptou as categorias da crítica literária propostas por Northrop Frye, na obra *Anatomia da crítica*, para a historiografia, listando quatro modos de elaboração de enredo. Através destes modos as narrativas históricas são construídas. Enquanto a *estória romanesca* funda-se na capacidade do herói em superar o mundo sensível, a *sátira* é o exato oposto, na medida em que o herói encontra-se submetido e dominado pelas forças mundanas. *Comédia* e *tragédia*, variantes da *sátira*, sugerem possibilidades de libertações parciais da queda. Neste ponto, um leitor mais crítico poderia argumentar que tais categorias se aplicam à historiografia e não à história; haveria aí uma distinção fundamental entre o evento e a narração. Respondemos essa suposta observação indicando outro de nossos axiomas, de base heideggeriana: o evento apenas existe quando é narrado pelo ser. Não há nenhum contato entre o ser e o acontecimento que não seja através de narrativas.

¹⁰ Empregamos aqui o termo *inimigo objetivo* no mesmo sentido empregado por Arendt, 2000, pp. 439-511. O inimigo objetivo não precisa cometer crime algum para ser perseguido e preso; ele é considerado “portador de tendências [perigosas], como o portador de uma doença” (p. 474). Basta apenas que seja identificado como tal, para ser encarcerado – em algum campo de concentração ou extermínio – antes que cometa algum crime. Segue a mesma lógica da imagem do judeu errante do século XIX.

vado a cabo por Truman,¹¹ desempenha um papel significativo, resistência feita às abordagens personalistas. O novo Secretário de Estado, o general Marshall, confronta-se com um império britânico em franca retração no Mediterrâneo, bem como movimentações russas não muito distintas daquelas que marcaram o Grande Jogo não muito tempo antes. Essa tensão era agravada pela Guerra Civil grega, com possibilidades reais de triunfo do partido pró-soviético (GADDIS, 2005, pp. 24-52), num contexto de desmobilização do efetivo militar estadunidense na Europa e na Ásia, programada ainda por Roosevelt e que parecia consolidar-se com os esforços iniciais do governo Truman para conter o orçamento de Defesa dos Estados Unidos. Essas crises, porém, poderiam haver sido resolvidas, por exemplo, a partir da nova estrutura do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como o fora a crise iraniana de 1946.

No entanto, a cada nova crise, o novo governo estadunidense - e seu reflexo russo - respondeu com uma série de compromissos de assistência com a Europa. A fevereiro de 1946, George Kennan, encarregado dos EUA em Moscou, enviou seu *Longo Telegrama* ao Departamento de Estado, denunciando as hostilidades políticas, militares e ideológicas soviéticas (Kennan, 1946). Entre 9 e 19 de agosto do mesmo ano, dois aviões de transporte dos Estados Unidos são abatidos pela Força Aérea iugoslava. A 7 de agosto, também de 1946, irrompe a Crise de Dardanellos, em função da exigência de Stalin de forçar a Turquia a aceitar a ‘defesa conjunta’ do Estreito – Truman enviou, em resposta, uma pequena força-tarefa naval. Além disso, assegura ao presidente turco o compromisso dos EUA em defender a soberania turca. Nesse contexto, Dean Acheson (1962) declara que “a pressão soviética... poderia abrir três continentes à [sua] penetração”, no início de 1947. Simultaneamente à crise, a fevereiro de 1947, a Grã Bretanha comunica formalmente aos EUA que não mais ofereceria apoio aos turcos ou aos gregos.

Nesse contexto de crescente paranoia e antagonismo (agravado pela recepção do golpe de Estado em Praga, em 1948), Truman enviou a mensagem de 12 de março de 1947 ao Congresso, solicitando recursos financeiros para manter o apoio militar nos Bálcãs contra as ‘minorias armadas’ (pela URSS). Além disso, o governo Truman empreendeu também a remilitarização da política exterior dos EUA, buscando atingi-la através da reorganização de todo o aparato de Defesa. Para tal, firmou, em julho de 1947, o Ato de Segurança Nacional.¹² Além disso, sem sucesso, Truman tentou aprovar

¹¹ Em seu diário, Truman registra o novo ambiente de paranoia, que também grassava na URSS de Stálin, e que o levou aos expurgos do gabinete, ao escrever, a propósito do Secretário de Agricultura Henry Wallace, último remanescente de primeiro escalão da Era Roosevelt, que “os Vermelhos, os impostores e os rosados de salão parecem estar unidos e estão se tornando um perigo nacional. Temo que eles sejam um front de sabotagem para o tio Joe Stalin.” Apud McCullough, 1992, p. 617.

¹² Lei Pública 80 (253). A íntegra do instrumento legal está disponível em <<http://intelligence>>.

um Programa de Treinamento Militar Universal. O complexo militar era então organizado para a nova conflagração. O bloqueio de Berlim¹³ foi apenas o primeiro teste do novo e intrincado sistema de alianças, consagrado pela assinatura, em Washington, em 1949, do tratado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Sói frisar que o processo de fixação de referências doutrinárias integrais iniciado então, em paralelo a seu análogo sistema russo, encontraram a formação de um corpo burocrático funcionalmente ligado a tais referências, conferindo um caráter de maior (mas não necessária) automaticidade ao que se poderia denominar dinâmica da Guerra Fria, quando cada (re)ação automaticamente abria precedente para outras, seja por parte do próprio país seja por parte do adversário, sancionadas progressivamente mais nos escalões inferiores e superiores da burocracia.

Ainda durante a ocupação dos Bálcãs pelo III *Reich*, um exército de comunistas gregos foi organizado sob o acrônimo ELAS (Exército Grego de Libertação Nacional). Em 1944 o ELAS combatia a *Wehrmacht*, as forças irregulares gregas mais à direita e a Força Expedicionária Britânica, a qual apoiava o governo grego no exílio, liderado por Georgios Papandreou. A saída dos alemães dos Bálcãs pouco significou nesse contexto, pois as hostilidades continuaram de modo crescente e o Partido Comunista Grego organizou nova força de combate, o DSE (Exército Democrático Grego), a partir de novas conformações políticas. Além do apoio (militar, político e logístico) soviético, havia também aqueles albanês, búlgaro e iugoslavo. Tal arranjo levaria a conflitos internos entre as forças comunistas mais adiante. O conflito acabaria apenas em 1949, com a vitória do Exército Nacional Grego (ENG). Uma das batalhas decisivas aconteceu nos montes Grammos, ao norte do país.

Na Moscou do pós-guerra, a paranoia e o sentimento missionário também grassavam. O totem mais conhecido desse novo Terror foi Andrei Zhdanov, quem, em 1946, tomara lugar como líder do Soviete Supremo da

senate.gov/nsaact1947.pdf> (acesso a 10 de Setembro de 2012) e, em versão fac-similar, em <<http://research.archives.gov/description/299856>> (acesso a 10 de setembro de 2012). Em 1949, o Ato foi complementado.

¹³ Essa crise, desdobrada no tenso período 1948-9, levou à sanção da NSC-7, que elevava a “derrota das forças sob direção soviética do comunismo internacional” à condição de elemento “vital para a segurança dos Estados Unidos”, sendo complementada em seus objetivos estratégicos pela NSC-58, um semestre posterior à NSC-7. Tais decisões pavimentariam tanto o imaginário quanto as práticas que definiriam a Guerra Fria, como realidade política e como conceito. Ademais, a contenção do “comunismo mundial dirigido” pela URSS resultou também em uma das mais importantes estratégias do pós-Guerra, objeto de trabalhos no presente livro. Referimo-nos à aprovação, em 1948, não apenas das ações na Itália, em Berlim ou na Grécia, mas também da diretriz NSC-20/4, que estabeleceu os fundamentos da política de ajuda econômica pós-Guerra à Europa e ao Japão, conhecidos pelo nome do Secretário de Estado George C. Marshall, no que foi uma das políticas públicas mais eficientemente formuladas pelo Conselho no governo Truman.

URSS, subordinado diretamente a Stalin. No mesmo ano, Zhdanov deslanchava sua *Zhdanovshchina*, série de *ações culturais*, clandestinas e policialescas, destinadas a extirpar o ‘sentimento antissoviético’, através da inserção numa espécie de *index librorum prohibitorium* das obras de intelectuais, artistas e músicos – criticados por seu formalismo e por “demonstrarem excessivo respeito pelos valores ocidentais”.¹⁴ O interessante na Doutrina Zhdanov,¹⁵ para nossa análise, é sua divisão do mundo em dois blocos antagonísticos e irreconciliáveis: as ‘forças imperialistas’, sucedâneo do campo fascista e conduzidas pelos EUA, e as ‘forças da paz’, lideradas, claro, pela URSS. Contra o imperialismo, o Mal, era necessário mobilizar toda a sociedade, sendo lícito qualquer sacrifício ou violência para tal. Uma lógica facilmente reconhecível pelos vindouros egressos do Comitê de Atividades Anti-Americanas.

Um ano após o movimento de Zhdanov, Truman instituiu, nos EUA, uma Comissão Temporária sobre a Lealdade dos Servidores e, mediante a Ordem Executiva 9835, de março, abriu sindicâncias sobre as filiações russo-comunistas de todo o funcionalismo público federal, sob a já mencionada suspeita de profunda infiltração soviética. Uma série de detenções emblemáticas foram levadas a cabo, expondo os espiões e supostos espiões em todas as instâncias do Poder Público, das Forças Armadas aos cientistas nucleares, não deixando de fora nem a antecessora da CIA, a OSS, ou economistas de Bretton Woods.¹⁶ O triunfo do Partido Comunista Chinês, sob as barbas das forças de ocupação do Japão, em 1949, pareceu confirmar os piores temores da abertura dos continentes à penetração soviética. A ‘teoria do domínio’ parecia um perigo real e urgente. Ainda que os temores recíprocos não carecessem de embasamento, serviram para alimentar uma retórica absoluta, na qual a ideia de contenção era o primeiro passo para eliminar a nêmesse herética, desenhando o que Clausewitz denominaria como preparação para a Guerra Total e, destarte, para o fim da política.

¹⁴ Sobre Zhdanov, v. Boterbloem, pp. 267-335.

¹⁵ Elaborada meses após o discurso, a março de 1946, do então ex-premiê britânico Winston S. Churchill, em Fulton (EUA), sobre a “Cortina de Ferro” que caíra sobre a Europa Oriental. A íntegra do discurso está disponível em: <http://www.winstonchurchill.org/images/pdfs/for_educators/MilliganChurchillsIronCurtainSpeech-LessonPlanFinal2.docx-1.pdf>. Foi formalmente implementada e apresentada entre março e setembro de 1947, portanto, meses após o discurso de Truman ao Congresso dos EUA.

¹⁶ No caso específico dos arquitetos de Bretton Woods, referimo-nos ao importante caso de Harry Dexter White, principal formulador estadunidense do sistema de Bretton Woods, primeiro representante dos EUA na diretoria do fundo e cotado para ser o primeiro diretor-geral do FMI; notório defensor ideológico do eixo Washington-Moscou. A descoberta de seus vínculos com a mais famosa rede de espionagem soviética nos EUA, acobertados à época pelo governo, é apontada como uma das causas do início da tradição do FMI de ter um diretor-geral europeu ao invés de estadunidense. V.Steil, 2013.

Em 1949,¹⁷ o Departamento de Estado dos EUA elaborou e fez aprovar no Conselho de Segurança Nacional a Resolução 68 (NSC-68). O documento reforçava os compromissos militares, morais e ideológicos do engajamento estratégico dos Estados Unidos. Ademais, frisava o perigo representado pela rápida mobilização e modernização militar soviética. Assim, reestabeleceu as bases institucionais da política de Guerra Fria dos EUA, que seriam parcialmente revistas apenas em 1986. As obrigações que o documento atribuía aos EUA podem ser sintetizadas em liderar “a construção de um bem sucedido sistema político e econômico no mundo livre”, numa “política de contenção” que deveria independer apenas da ameaça russo-soviética; promover uma transformação do sistema soviético (US NSC, 1950, pp. 910, 21-2). Para promover tais objetivos, o documento estabeleceu como marcos estratégicos romper isolamento dos EUA no Hemisfério Ocidental, engajando-os ao redor do mundo; ampliar a prontidão militar; defender as Américas¹⁸ e outros aliados considerados estratégicos; conduzir missões ofensivas contra as capacidades militares soviéticas enquanto prepara um potencial ofensivo próprio e de seus aliados; defesa das linhas de comunicação e bases vitais (US NSC, 1950, pp. 44-66).

Os EUA tiveram seu Zhdanov, ainda que não apreciado no Salão Oval: Joseph McCarthy, um ex-juiz que, no mesmo ano de 1946 em que o russo liderava a depuração cultural soviética, obteve a cadeira de Senador dos Estados Unidos, como republicano (o belicismo era associado ao Partido Democrata, em linhas gerais, partido no qual militou anteriormente McCarthy, entre 1936 e 1944). Em 1950, o senador fez um pronunciamento no Clube das Mulheres (*Women's Club*) de Wheeling, afirmando que era possível identificar entre 57 e 205 comunistas no Departamento de Estado, transmitindo a informação, por telegrama, ao presidente Truman (Vários, s/d, pp. 606, 609). Neófito em temas de Estado, estimulado pelas investigações ilimitadas e disseminadas iniciadas por Truman e pelo FBI de J. E. Hoover, além de contar com a assessoria de próceres da elite dos EUA (como o futuro ministro Robert Kennedy), McCarthy valeu-se do clima de fobia, que marcou o período entre o teste nuclear soviético e o final da Guerra da Coreia, para instaurar sua própria *Zhdanovshchina*. Dominando a imprensa radiofônica, caixa de ressonância da paranoia generalizada, liderou a utilização de um instituto parlamentar de *common law* para empreender expurgos sumários, afetando todas as dimensões da vida social dos EUA, não apenas a diplomacia. Com o apoio, por exemplo, do líder sindical dos

¹⁷ Note-se que, ainda em 1949, após dois empregos no Japão, seis testes e alguma publicidade, os EUA perderam o monopólio da dissuasão nuclear, ampliando exponencialmente a sensação de insegurança.

¹⁸ Base doutrinária, junto aos já mencionados *NSC-4/A*, *NSC-10/2* e *NSC-10/5* para a série de desastrosas ações ao sul do Rio Grande que marcaram a Guerra Fria.

atores, Ronald Reagan, que depôs no Comitê de Atividades Antiamericanas (cf. Vários, s/d, pp.604-5) a força social simbolizada por MacCarthy (e por ele jamais dominada) levou ao exílio ou à obliteração boa parte da indústria cinematográfica nos EUA e de seu pressuposto sociocultural.

Ad interim, Dean Acheson, que havia sido nomeado chanceler pelo presidente Truman em 1949, faz um discurso, a 12 de janeiro de 1950, no Clube Nacional de Imprensa, analisando os impactos da queda do regime do *Kuomintang* chinês (este, de resto, de retórica antiocidental, do que se olvidavam os inventores da Guerra Fria) e estabelecendo um perímetro defensivo na Ásia que englobava o Japão, as ilhas Ryukyu e as Filipinas, o que, implicitamente, aumentava compromissos de presença ao mesmo tempo em que enviava aparentes sinais de não envolvimento com áreas que seriam secundárias, salvo eclosão de conflito análogo ao encerrado em meados da década de 1940 (ACHESON, 1950).

Com a subsequente ofensiva da Coreia do Norte sobre a do sul, possível consequência da compreensão das linhas apresentadas por Acheson, interpretada não como a tentativa de reunificar um tecido social que, como politeia, há séculos resistia às ambições sino-nipônicas, mas como um avanço do bloco soviético, ergue-se nos EUA forte corrente de opinião que atribuía a Acheson ter aberto as portas da penetração, que ele próprio denunciara pouco antes, na Ásia, o que incluiria a Indochina e a Coreia. Estava pronto o cenário um dos mais determinantes dramas da Guerra Fria: a Guerra da Coreia (e, posteriormente, do envolvimento na Indochina).

O importante a notar das doutrinas de contenção, por toda a Guerra Fria, é que se assemelhavam, nos casos dos EUA e da URSS. Era não uma doutrina de ação senciante, mas a uma estratégia reativa - legitimação e de plano de ação. Conter era reagir - e contribuir para a *escolha certa*, i.e., para a realização da epifania da História. A lógica da dinâmica de contenção adaptava (ou reinventava) os acontecimentos exógenos, inserindo-os numa ótica bipolar e colocando os dois Estados-líderes em blocos reativos opostos, como num jogo de espelhos. Esse processo, todavia, não foi constante ou estático, como demonstra a Crise de Suez ou a questão Palestina, mas a síntese da análise que cada lado fazia do cenário internacional sob o prisma do favorecimento da heresia. Nunca houve, a despeito de tentativas levadas a cabo, por exemplo, nos EUA, pelos governos Eisenhower e Nixon, uma doutrina imperturbável, capaz de determinar, de maneira realizável, o que conter ou como. A questão posta era: como conter uma ameaça que era um Estado, mas também uma ideia e um bloco? Esse era o dilema, cuja perspectiva de guerra total e atômica, levou ao que Raymond Aron denominava “guerra improvável, paz impossível”.

Imperialismo e Descolonização (Êxodo)

O fenômeno mais importante do período o fenômeno da descolonização, i.e., a reversão do fenômeno da expansão do que se poderia denominar Ocidente, iniciada no século XVI. Se, numa perspectiva histórica mais alongada, estendermos o conceito de Ocidente a uma linha cronológica que perpassasse as identidades de Roma em decadência, da Cristandade, do *Ius Publicum Europaeum* até o mundo do século XX, é perceptível que o Ocidente passou a maior parte desse intervalo de tempo sob a égide do sítio, acossado pela expansão gótica, mongol, moura, turca etc. Apenas após Mdina e, mais notadamente, a expansão rumo à Ásia e às Américas (v. RESTON Jr., 2008, pp. 321-32), é que se tornou o centro do mundo, adquirindo primazia tecnológica, militar e normativa¹⁹, tendo sua cosmogonia moldada pela idealização do passado e do futuro, a partir do encontro com a alteridade. Esse senso de autoconfiança e perenidade coincide, em seu auge, com a formação das ciências humanas, no século XIX, ponto culminante da expansão europeia e da reinvenção de uma consciência histórica ocidental (v. LUKACS, 2005, pp. 9-54). Uma consciência que se originou num mundo que apenas existiu em sua plenitude ascendente entre os recontros de Lepanto e de Paschendale, mas que sobrevive em meio a seu lento declínio.²⁰

Tal Era Moderna deixa marcas de difícil esquecimento, em especial por sua auto-percepção ahistórica ou pós-histórica.²¹ A crença na superioridade natural de um modo de produção e organização social; na inevitabilidade do predomínio ocidental; na etnia ideal; na ahistoricidade da organização estatal alimenta os ideólogos dos séculos XVIII e XIX, os quais, por sua vez, dão as bases da Guerra Civil iluminista da qual a Guerra Fria é um episódio. Entre 1898 e 1905, essa ordem já deixara de ser exclusivamente europeia, com a inclusão do Japão e dos Estados Unidos no mundo *civilizado*: se os EUA eram uma sociedade tipicamente moderna e de origem europeia, o Japão inaugura um novo tipo de modernidade, que ora é denominado como “deslocamento do eixo dinâmico das relações internacionais para o Oriente” (ou para o ‘não-Ocidente’, definição que seria, conceitualmente, mais precisa e significativa, em sua moldagem atual). O leste, como depois o sul, é o Outro.

¹⁹ De fato, a internacionalização das normas internacionais globais é um fenômeno facilmente traçável pela expansão do *Ius Publicum Europaeum*, que foi modificando-se à medida que transformava a sociedade internacional.

²⁰ Que, como todo o resto do que foi até aqui abordado, não é um dado da natureza ou uma profecia apocalíptica, mas o que se poderia denominar “mal-estar da civilização” somado ao declínio relativo do poder dos candidatas a Nova Roma, após uma Guerra Civil que, no plano conceitual, estende-se, ao menos, de 1815 a 1989.

²¹ Bom testemunho é dado por Johnson: 1994, pp. 395 - 402, ao deixar evidente sua nostalgia do Império Britânico em frangalhos, que seria naturalmente mais eficiente e moralmente superior a, por exemplo, a Índia de Nehru. E, isso, a despeito de sua inquestionável capacidade de síntese histórica...

Aquilo que denominamos descolonização é observado durante o pós-II Grande Guerra (em verdade, já a partir do final da I), i.e., o desmantelamento dos impérios neocoloniais africano-asiáticos europeus (e japonês, para não mencionar a longa putrefação, entre os séculos XIX e XX, do Império Otomano). Esse processo é adensado entre as décadas de 1950 e 1970. Fazemos essa observação para distinguir os processos de independência americana dos séculos XVIII e XIX, p.e., que teve pequenos surtos no século XX, como o Suriname e a Constituição canadense (v. Roberts, 1999, 495-549; Ferguson, 2006, pp. 596-646). Esse fenômeno, como buscamos demonstrar, foi moldado durante simultaneamente à Guerra Fria; no entanto, modificou seu contexto, com ela estabelecendo não um padrão unidirecional de causalidade, mas moldando-a e evidenciando seus desacer-tos. E impede a descrição da Guerra Fria como um confronto entre dois (ou quatro) campos. O conceito da Guerra Fria é um fenômeno e, a partir da “Geração de Bandung”, também um epifenômeno.

O período entre 1875 e 1975 pode ser classificado como apogeu do nacionalismo, esse conceito formulado, em sua roupagem moderna, como inorgânico e, em última análise, atemporal, a partir das ideias de Gottfried von Herder sobre *Nationalismus* e *Völk*, ainda a finais do século XVIII. A ideia de nacionalismo passa por um apelo a um passado e a um devir míticos e ideais, contrastáveis com um presente negativo e aprisionado entre um ontem e um amanhã justos e gloriosos. É essa característica messiânica que lhe confere potencial revolucionário e, portanto, de projeto político (e messiânico). Paradoxalmente, o sucesso europeu em difundir essa categoria de pensamento é uma das causas da derrocada dos impérios europeus no século XX, após quatro séculos de globalização europeia. No pós-Guerras, o nacionalismo passou a ser a única maneira de fazer-se ouvir num regime internacional de “nações unidas”. Essa narrativa entra no ordenamento jurídico legitimador internacional por obra dos Estados Unidos de Wilson e adquirem novo caráter missionário no discurso soviético do pós-Guerra. Não sem a patriarcal negatividade partilhada por EUA e URSS ante os novos atores.

A essas características, o nacionalismo anticolonialista, como o nacionalismo das Américas do XIX, teve largo aprendizado tanto nas universidades europeias (incluindo a Rússia/URSS, além dos EUA) quanto em suas guerras e doutrinas totais. Das cátedras e obras intelectuais ocidentais, incorporou um tipo de narrativa que pode ser identificada como moderna da existência do Estado e aquele *estrangeiro secular* (conceito cf. Ferreira, 2004), capaz de arregimentar a insatisfação difusa com uma ordem das coisas e inserir aquelas sociedades plenamente no léxico moderno.²² Dos campos de

²² Não raro, na ponta da espada de uma ideologia modernamente messiânica e integral, mas com significantes não ocidentais, como testifica a expansão dos domínios da família Saud na

batalha onde sangraram em defesa dos ‘ideais democráticos’, aprenderam uma *práxis* de guerra de atrito, de guerra sem quartel, de engajamento universal. Ao contrário de outros impérios que se fragmentaram no passado, o ocaso dos impérios europeus pode ser seguramente denominado como um fenômeno moderno – e, com isso, fazemos referência não a um marco cronológico, mas a um conjunto de características de uma cosmogonia particular. A reação ocidental à descolonização, ademais, ainda traía os conceitos de superioridade supramencionados: desde o elogio ao império de Johnson até a bonomia complacente de determinados ativistas face às condições dos povos que se civilizavam, se modernizavam, se desenvolviam. A tensão entre essas duas *personae* talvez não tenha encontrado maior síntese do que na trágica²³ biografia do diplomata britânico-irlandês Roger Casement, a finais do século XIX e início do século XX.

Se considerarmos os conceitos da URSS e dos EUA durante a Guerra Fria à luz de suas ações, observamos que ela foi uma batalha por significantes, não por significados, sua participação nos processos de descolonização, ainda matizada por aquele jogo de espelhos. A diferença fundamental entre uma força de ocupação espoliadora e uma força de libertação é que aquela é a conduzida pelo adversário e, esta, pelo campo emissor do discurso. Pressupunha-se, outrossim, que qualquer alteração na ordem advinda do ingresso de novos atores necessariamente favoreceria um dos campos contendores, fetiche que forçava sua participação em qualquer conflito, não raro com base em inteligência truncada e estratégias insustentáveis no médio prazo.

Tome-se como exemplo a Índia do cachemir Jawaharlal Nehru (sobre quem Acheson afirmava que “se não existisse, teria de ser inventado” - apud JOHNSON, 1994, p. 400). Esse prócer, que transitou com segurança pela elite intelectual de Cambridge e governou a Índia por 17 anos, conquistou não apenas o reconhecimento da independência indiana, mas eliminou os enclaves portugueses e holandeses, além de combater secessões, incluindo de sua Caxemira natal, governando uma unidade política que não existia como um todo identitário há muito tempo. Na arena internacional, foi um ardoroso defensor dos processos de descolonização e da contenção do imperialismo ocidental, como demonstrou pela reação exasperada à Crise de Suez de 1956, ao lado do iugoslavo Tito. É com apoio decisivo das superpotências (outro conceito que trai uma perspectiva excepcionalista), cuja atuação talvez tenha sido o único momento de cooperação coerente com seu léxico compartilhado.

Para Nehru e sua Índia, a Guerra Fria instaurou-se pouco tempo após a independência, quando da disputa com o recente, e traumáticamente, sec-

Arábia. V. Ali, 2002, pp. 122-3, 411-2.

²³ Trágica porque foi consequente com seus valores civilizatórios e, com o preço do próprio pescoço, levou à última significação a Era do Nacionalismo.

cionado Paquistão pela Caxemira. Após virem à tona as pretensões de Jinnah de anexar a Caxemira (até então, semiautônoma) pela força e os entretuchos daí resultantes, Nehru foi capaz de ler o contexto internacional: soube buscar apoio no Conselho de Segurança das Nações Unidas (que utilizou a habitual solução salomônica típica da Guerra Fria, isto é, a divisão do território em dois) e, ante a crescente proximidade do Paquistão com os Estados Unidos, não tardou em, de início tacitamente,²⁴ colocar-se no bloco “anti-imperialista” (i.e., soviético, como visto anteriormente). E anexava sua porção da Caxemira definitivamente à Índia, extrapolando o mandato das Nações Unidas (cf. ALI, 2002, pp. 252-61; 325-44). Até então, as duas potências centrais tomavam a Índia como perfeitamente integrada à narrativa da Guerra Fria e de seus conflitos verticalizados.

Não obstante, quando, entre 1959 e 1962 as tensões fronteiriças com a China maoísta levaram a um breve - e desastroso - recontro, a Índia não tardou em solicitar a Washington apoio militar para conter o perigo “vermelho” chinês. Obteve o apoio e conseguiu a proeza de contar com um parque bélico financiado pelas duas grandes potências (a URSS forneceu turbinas aviônicas entre outros insumos, além de haver guardado neutralidade oficial, para exasperação de Pequim). Mais ainda: até 1960, a Índia, sem jamais haver entrado em algum bloco, foi o maior destino do auxílio enviado ao exterior pelos Estados Unidos (cf. ROBERTS, 1999, pp. 497 - 501).

Nehru foi um dos grandes expoentes daquilo que Johnson sintetizou, com felicidade, como “Geração de Bandung”. Esse apostro baseia-se naquilo iniciado pelos 29 Estados recém-independentes (ou em processo de independência) da Ásia e da África que se reuniram na Indonésia, na cidade de Bandung, em 1955. A Conferência Afro-Asiática inaugurou uma nova etapa dos regimes internacionais, ao criar uma nova maioria na Assembleia Geral das Nações Unidas (subvertendo os intrincados cálculos de votos elaborados por Roosevelt, Churchill e Stalin).

A Conferência igualmente serviu de marco para a promoção de uma nova agenda lexical da Guerra Fria, ao inserir o desenvolvimento e a descolonização como temas cardeais, bem como ao buscar um distanciamento da bipolaridade pretendida pelos dois Grandes. Seu anfitrião, Sukarno, era outro excelente exemplo das limitações da Guerra Fria, como o era Nehru. Além de governar um arquipélago, de ilhas e identidades (islamitas e budistas; chineses e indianos) que nunca estivera organizado como uma politeia autônoma e unificada, tinha particular afeição pelos conceitos (*konsepsi*) políticos, tornando-o um objeto ideal para o estudo de História dos Conceitos. Nacionalismo, Internacionalismo, Democracia, Prosperidade Social e Crença em Deus formavam os *Pantja Sila* (princípios essenciais) da Indonésia.

²⁴ Não condenando a invasão soviética da Hungria em 1956 - mesmo ano da assinatura de acordo militar Estados Unidos - Paquistão.

Seu gabinete chamava-se NASAKOM (Nacionalismo, Religião e Comunismo), numa didática demonstração da antropofagia das lições modernas que discutimos anteriormente.²⁵

Isso não impediu que ele tivesse rixas com todos os blocos e potências, inclusive com a China. Seu governo terminou melancolicamente, com o malogro do golpe do Partido Comunista Indonésio, a ele ligado, e a subsequente ascensão do general Suharto, já nos anos 1970. Além de Nehru e Sukarno, outro protagonista de Bandung foi o militar, socialista, nacionalista e anti-imperialista egípcio (cf. NASSER, 1963) Gamal Abdel Nasser, oriundo da recente revolução egípcia de 1952 e o maior campeão pan-arábico e anti-imperialista dos anos subsequentes. Nasser representa outra síntese da modernidade (entendida agora como contemporaneidade, ou não anacronismo), importante formulador de conceitos e outro desafio à superstição simplificadora da Guerra Fria, além de arguto na percepção da importância do petróleo como ativo estratégico.

A Conferência gerou uma nova narrativa de solidariedade política, inserindo um eixo norte-sul à hierarquização leste-oeste; para utilizarmos as categorias de pensamento de Hedley Bull (com suficiente liberalidade), inseriu a sociedade internacional a par do sistema internacional na Guerra Fria. Em 1952, o demógrafo francês Alfred Sauvy cunhou o conceito *Terceiro Mundo*, que não era nem comunista nem ocidental. Para Sauvy, era nesse mundo que estava o futuro demográfico do mundo, bem como o palco da guerra por corações e mentes da Guerra Fria, de cujo vácuo ele próprio, o Terceiro Mundo, nascera (v. SAUVY, 1952, p. 14).²⁶ Após Bandung, o conceito de Sauvy ganhou ares de profecia, sendo fartamente citado nas academias e no léxico político internacional. A Guerra Fria convertia-se numa Guerra pelo Terceiro Mundo (cujo *boom* demográfico era, para Sauvy, sua característica predominante). E, para os protagonistas de Bandung, o não-alinhamento era algo muito mais sério do que as potências, a princípio, acreditavam ou aceitavam.

Paralelamente, o bloco dito socialista há muito demonstrava não ser o ente monolítico temido pelos adeptos estadunidenses da teoria da penetração ou pretendido pelos próceres russo-soviéticos do *Kominter / Kominform*. Já em 1948, um outro protagonista de Bandung, o marechal Josip Broz Tito, principal artífice, fiador e líder da Iugoslávia, demonstrara que a desco-

²⁵ Ainda que hoje, como à época de Sukarno, pretensos detentores da ortodoxia, ainda órfãos do conflito, tenham dificuldade de aceitar, sem ser como antípodas, a existência, na mesma frase, dos conceitos “religião”, “comunismo” e “nacionalismo”, embora sejam todos epifenômenos das ideias difundidas a partir dos séculos XVII e XVIII na Europa.

²⁶ A referência do conceito ao clássico revolucionário francês Que é o Terceiro Estado, de Sieyès, não parece acidental, nem no emprego por Sauvy nem na utilização, a posteriori, de seu conceito. É, de certa maneira, o conceito filho e não antípoda, da “Era dos Impérios”. Outra discussão é se evoluirá como um filho de Cronos ou não.

lonização chegara à Europa. E o fizera às expensas dos planos das forças de libertação soviéticas, nos mesmos Bálcãs que foram o epicentro da ruína dos impérios otomano e austro-húngaro não muito tempo antes. Enquanto a Crise de Berlim atingia seu ápice, Tito, provavelmente único líder comunista no Leste Europeu a assumir o poder sem apoio de Moscou (que auxiliou apenas na libertação de Belgrado), era expulso do *Kominform*, em função da exigência de autonomia da Liga dos Comunistas da Iugoslávia, sobre o controle de Tito. Não apenas foi expulso como o *Kominform* declarou-o herege (*burguês* e *trotskista*) e lançou um apelo pela sedição, ao exigir que

As forças saudáveis da Liga dos Comunistas da Iugoslávia (...) [devem] admitir aberta e sinceramente seus erros (...) e, caso a atual direção da LCI seja incapaz de fazer isso, [devem] derrubá-la e substituí-la por uma direção internacionalista (apud. BOSNITCH, 1982, p. 46).²⁷

Tito não hesitou ao reafirmar as qualidades da URSS como ‘pátria do socialismo’ mas que não era uma opção abrir mão do patriotismo pelo socialismo (cf. TITO, 1948, pp. 96-105). Era o início da Terceira Via, que seria consagrada em Bandung.

A China também não tardou em tomar proveito do léxico de Bandung (da qual participou Zhou Enlai). O mundo chinês, sob domínio *han*, passou boa parte de sua milenar história como uma potência, com economia, estamento militar, organização política e avanços tecnológicos sem paralelo com qualquer coisa no Ocidente, anteriormente à decadência e dominação que marcaram o século XIX. De maneira crescente, a partir de Bandung, a China soube explorar tanto o esgotamento do modelo bipolar (e o desgaste moral soviético pós-Kruschev) e inserir seu *maoísmo* como não apenas um novo modo de inserção internacional, mas como um polo atrator de lealdades. Após a centenária guerra de resistência às ambições expansionistas do Ocidente (incluindo a fronteira Rússia) e do Japão, a China reensaiava seu retorno à mesa dos grandes, após seu papel contra os EUA na Guerra da Coreia (que reforçava, nos EUA, a ideia impressa pelo tratado Stalin – Mao, de 1950, de ser a China uma grande e sólida porção do bloco soviético), visava agora acertar as contas com a Rússia. Junto com a denúncia, da apostasia (novamente o léxico escatológico) de Moscou (“ditadura fascista” do “social-imperialismo soviético” cf. Anônimo, 1974, pp. 12-4 e ²⁸), Pequim reclamava da Rússia uma faixa territorial da ordem de

²⁷ V. tb. KISSINGER, 1999, pp. 541-2; ROBERTS: 1999, p. 465.

²⁸ O artigo, em publicação sancionada pelo regime, veio após uma escalada de tensões bilaterais com repercussões oficiais iniciada em 1958, com um tratado naval desigual proposto por Moscou, ao menos. No número seguinte da revista, é publicado artigo que denuncia o “social-imperialismo soviético.” Cf. Anônimo, 1975, pp. 16-8. Neste último artigo, o “Terceiro Mundo” é explicitamente citado como alvo do imperialismo soviético nada menos que 10 vezes.

965906 km², remanescente das ambições russas na Ásia que deitavam raízes nos tempos Romanov.

A partir de 1963, com a militarização soviética da fronteira com a China, os reclames territoriais (e agressões verbais) formaram uma espiral de distanciamento oficial, agravada a tensão pela negociação da Rússia com os EUA de um regime de não proliferação nuclear (enquanto a China perseguia seu próprio artefato, testado em 1964²⁹). Em 1966, os laços do Partido Comunista Chinês (PCC) com seu homônimo soviético foram cortados (ficando assim por 20 anos). No ano seguinte, forças de segurança cercaram a embaixada soviética em Moscou. Em 1968, Pequim denunciou a invasão de Praga e, no contexto dos distúrbios estudantis na Europa e nos EUA, ganhou grande parte da simpatia revolucionário-progressista pelo mundo, combinando sua denúncia da ação em Praga à crítica à apostasia de Moscou (declarando-se, em suma, simultaneamente, a campeã da do anti-imperialismo e a guardiã da ortodoxia marxista-leninista). No ano seguinte, 1969, URSS e China trocaram agressões militares numa ilha parte de território em litígio, algo contornado com um encontro bilateral entre Zhou Enlai e Aleksay Kosigin, este, então, premiê soviético. Houve um relaxamento significativo das tensões apenas com a morte de Mao Zedong, em 1976 (havendo novas agressões verbais anti-imperialistas quando da aventura soviética no Afeganistão, em 1979).

Outra característica essencial da descolonização no contexto da Guerra Fria foi inaugurada em 1960, mesmo ano da Declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas pela Garantia de Independência dos Povos e Países Coloniais (AG/Res. 1514). Trata-se do que se tornou conhecido como *proxy wars*, ou guerras por procuração. Da mesma maneira que consolidou-se, em Berlim, a curta (a despeito das exceções portuguesas e de outros entrepostos europeus), sangrenta e desastrosa colonização da África, sua descolonização foi instrumentalizada (e instrumentalizou) pela dinâmica da Guerra Fria, que buscava expandir seu jogo de espelhos para os antagonismos contra o colonizador e entre as elites locais.

Em 1960, o Congo, mal refeito dos desmandos do rei Leopoldo, agora sob governo do socialista-nacionalista Patrice Lumumba, estava imerso em guerra civil, concentrada sobremaneira na província de Katanga,³⁰ a sudeste do país. A guerra originariamente envolvia disputas entre as associações que se formaram, na década anterior, para promover a independência e o arranjo étnico-social da unidade política nascente, bem como agentes belgas (inclusive um efervescente mercado irregular de mercenários e ar-

²⁹ No ano seguinte, a China testa sua bomba de hidrogênio.

³⁰ Em crise até o tempo presente, mas referimo-nos ao ciclo de violência entre 1960-4 (ou 1966, a depender da fonte), concluída com a ascensão ao poder de Joseph Mobutu e a instauração da II República do Congo.

mamentos). A província de Katanga era a jóia econômica do país, berço de recursos minerais valiosos, considerados pela Bélgica como sua maior perda com a independência. Pouco após a independência, grupos locais, estimulados por interesses, privados e oficiais, belgas (país europeu que interveio militarmente a pretexto da segurança de seus nacionais residentes), proclamam a secessão da província, o que levou a um conflito com as forças de segurança oficiais e a divisão do país em cinco unidades de fato. Apelando para as Nações Unidas, o governo Lumumba (premiê e rival do grupo liderado pelo presidente nacional Joseph Kasavubu, que terminariam por destituírem-se mutuamente) logra a intervenção das forças de *Peace Keeping* multilaterais, que forçam a retirada da Bélgica mas não solucionam a crise.

Insatisfeito, Lumumba lança-se na Guerra Fria, ao solicitar apoio soviético, efetivado ainda em 1960. Os Estados Unidos, sob o impacto do início da Guerra Fria nas Américas (consequência dos desdobramentos da Revolução Cubana de 1959), entram no jogo de espelhos e passam a apoiar, secretamente, opositores de Lumumba, notadamente Joseph Mobutu, coronel que emergiu como liderança político-militar em decorrência da crise entre Kasavubu e Lumumba, e lidera um golpe militar em 1960, sob uma bandeira de nacionalismo e ordem. Lumumba foi preso e, posteriormente, assassinado. Em meio às crescentes hostilidades, o CSNU autoriza a extra-polação do mandato de *Peace Keeping* e o secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjold, foi enviado para mediar o confronto (1961). Seu avião é misteriosamente abatido, quase que simbolicamente afirmando o fracasso da solução multilateral em uma guerra manipulada desde Washington e Moscou (cf. GIBBS, 1991, pp. 77-144; Willame, 1990). As *proxy wars* constituem um dos conceitos mais abrangentes e ricos para análise legados pela paz armada da Guerra Fria.

Entreato: Hecatombe

Se não carece por completo de fundamento lógico a abordagem dos conceitos da Guerra Fria a, no plano das ideias, como uma heresia entre quilialismos, não seria razoável a omissão do evento do Reino dos Mil Anos. Se, por um lado, ambos os campos contrapostos professavam alguma fé na superioridade moral de sua crença (que legitimaria inclusive a violação, ‘não permanente’ e ‘necessária’ – i.e., um passo em direção ao destino certo, substituindo o curioso conceito de ‘desvio histórico’ por uma espécie de atalho da História) de outros princípios subordinados em prol do bem maior, a Realização dos Tempos, evitando sempre que possível a conflagração aberta por seus custos materiais, humanos e sociais imprevisíveis, um espectro familiar a muitas das vertentes do quilialismo estava também presente. Trata-se do que, não raro, referimo-nos como Apocalipse Nuclear, o potencial

de aniquilação irrestrita dos contendores, que anunciaria o fim dos tempos mediante uma hecatombe violenta. A arma definitiva, finalmente à altura de travar a ‘guerra para acabar com todas as guerras’. O dispositivo atômico, em sua própria escala, transpassou o domínio da estratégia a terminou por redefinir cosmogonias absolutas, dotando-as da ameaça de armas absolutas.

O *tópos* ‘arma científica decisiva’ ocupou um lugar especial tanto na literatura ficcional como também nos conflitos entre os séculos XIX e XX. Diversos autores, como H.G. Wells, imaginaram armas terríveis (apoiadas nas modernas descobertas científicas, como a eletricidade ou a radiação), as quais promoveriam destruição e morticínio em escalas industriais. Assim, a imagem aterradora pós conflito convenceria todos os seres humanos a viver em paz. Ou, pelo menos, forneceria ao detentor desse instrumento uma vantagem decisiva e forçaria o adversário à capitulação imediata.

As armas químicas (gases venenosos como o mostarda, sarin, fosgênio e outros) utilizadas na Grande Guerra (1914-18), ao contrário daquela perspectiva, não representaram nenhuma vantagem estratégica e nem forçaram a paz imediata. As armas químicas apenas – como se isso não fosse o bastante – aumentaram a miséria do soldado na frente de combate. Apesar do efeito aquém do esperado, as armas químicas operaram uma lógica dissuasória no segundo conflito mundial. Nenhum lado ousou utilizá-las. E não por quaisquer considerações humanitárias. Evitaram-se os gases químicos nos ataques simplesmente pelo medo. Medo da retaliação adversária.

As assim chamadas bombas de letrinhas (A, atômica; H, hidrogênio e C, cobalto) elevaram a percepção de ameaça para um patamar mais próximo do campo ficcional. A bomba A, de fissão, não apenas libera um poder destrutivo equivalente a milhões de toneladas de dinamite (as ogivas das superpotências nos anos 1980 tinham em média 20 megatons), como ainda contamina com radiação uma área considerável por um longo tempo. A bomba H, de fusão, multiplica os efeitos destrutivos da bomba A. Já a bomba C, a qual seria mais uma candidata a ‘mãe das bombas sujas’, até onde se sabe, é apenas uma conjectura. Para chocar a audiência, numa transmissão radiofônica nos anos 1950, o cientista húngaro Leo Szilard afirmou a possibilidade de construção de tal artefato. Uma bomba H gigante – algo em torno de 100 a 200 megatons – poderia ser encapada com cobalto-60. Entre seis meses e um ano, os ventos espalhariam os isótopos radioativos do cobalto por todo o planeta, matando todos que entrassem em contato com aquela nuvem invisível (cf. SMITH, 2008, pp. 437 et seq).

Ambos os lados contendores mantinham esquadrilhas em voo constante, completamente armadas. Para atacar os alvos designados com bombas A ou H, seria necessária apenas a ordem do comando aéreo. Quando terminava o alerta aéreo de uma esquadrilha e a mesma retornava à base, outra alçava voo. 24 horas por dia, 7 dias por semana e 52 semanas por ano, sempre

havia alguma no ar. A estratégia ampliou-se posteriormente com a utilização dos mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) e do arsenal estratégico a bordo de submarinos ou outros vetores móveis a partir da década de 1960, em localização secreta e alvejando alvos estratégicos do inimigo.

Politicamente, a ‘arma do Juízo Final’ auxiliou no estabelecimento de um medo coletivo, capaz de coadunar com a afirmação de narrativas cosmogônicas a um só tempo místicas, materiais e totais. A ameaça da heresia, dotada da arma total, era uma ameaça direta à Civilização - cujo enfrentamento justificava qualquer medida. Diplomáticamente, a posse de dispositivos nucleares, aos poucos, firmou-se como uma espécie de senha das potências para sentarem-se à mesa dos grandes, iniciando a dispersão da corrida nuclear e a formação de um léxico que não passaria despercebido ou indiferente aos atores sulamericanos, por exemplo.

Epílogo: da Guerra Fria à Descolonização – pode-se falar de síntese na periferia do trans evento?

Neste espaço limitado nosso objetivo é demonstrar que, da mesma maneira que o Congo foi instrumentalizado pela Guerra Fria, cada agente a instrumentalizou, sendo improvável a subordinação de seus interesses à lógica do enfrentamento dos dois Estados-império em confronto. Bandung, desenvolvimento e não alinhamento, são inesperadamente impostos à agenda internacional não pelos atores ditos centrais, mas por aqueles periféricos – seja como um cálculo realista para obter auxílio e poder, seja como um discurso arregimentador e legitimador (o que abre caminho para outras leituras sobre as ditaduras apoiadas mundo afora por cada bloco ou potência). A tentação da simplificação é outra evidência que salta aos olhos nos conceitos da Guerra Fria, como testificam casos tão diversos como a Indochina (Laos, Camboja, Vietnã), o Irã ou o Afeganistão, erroneamente conceituados como epifenômenos da Guerra Fria quando, na verdade, esta era mais um epifenômeno de uma narrativa que a transcendia no tempo, no espaço e no discurso.

Em suma, como demonstra o processo de descolonização afro-asiático, em si bastante diverso, o período alcunhado Guerra Fria parece mais marcar a curta duração dos impérios europeus em termos cronológicos; a profunda alteração na ordem das gentes provocada por seu desmantelamento; o questionamento da dinâmica ideológica ocidental como ordenador por excelência da própria Ordem da Guerra Fria (que, repetimos, não controlou conflitos estranhos à sua dinâmica, mascarou-os e, não raro, foi manipulada por eles); o colocar em xeque a narrativa histórica da exclusividade da perspectiva ocidental ou civilizatória unidirecional - e, em geral, da própria perspectiva teleológica da História; dentre outros fenômenos anteriormente

abordados, como a espada da aniquilação absoluta que ergueu-se na forma estapafúrdia de bombas de letrinhas.

A falência do modelo neoimperialista e a própria Guerra Fria decorrem, em grande medida, da crise do tripé que foi o sustentáculo do sucesso inicial daquele (cujo marco inicial poderia ser o segundo império britânico, iniciado pela conquista neozelandesa de finais do XVIII), a saber: o desgaste do mito da virtude compartilhada (para o que contribuiu o “estrangeiro secular” muitas vezes educado na Europa, como Nehru); da difusão das inovações bélicas e estratégicas, em especial o refinamento da guerra assimétrica e da internacionalização do conflito político; da erosão e mutação dos ‘modelos de sipaios’, que se provaram capazes de jogar em duas vias (ativa e passiva) e da emergência do discurso nacionalista e social (ocidentais) em simbiose com valores coletivos endêmicos. As alterações na ordem (e no sistema) internacional daí decorrentes não estão esgotadas, sendo ainda passíveis de múltiplos e imprevisíveis desdobramentos. Estimulado por uma mudança nos conceitos internacionais, o processo de descolonização acabou por inovar, ele próprio, o discurso normativo-legitimador internacional da Guerra Fria, transcendendo largamente o espaço restrito onde se deram, para atingir os pilares da ordem internacional. Nessa perspectiva, a Guerra Fria é o ápice e ponto de inflexão de uma narrativa que datava das novas que Xpoval Colón trouxe aos reis de Portugal e de Castela nos estertores do século XV.

Referências

ACHESON, Dean. The Decision to Help Greece and Turkey. In: **Present at the Creation: my years at the State Department**, s/l, 1962. Disponível em: <<http://teachingamericanhistory.org/library/index.asp?document=712>> (Acesso a 29 de novembro de 2012).

_____. Speech on the Far East, january 12, 1950. Disponível em: <<http://teachingamericanhistory.org/library/index.asp?document=1612>>

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua – I**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALI, Tariq. **Confronto de Fundamentalismos: cruzadas, jihad e modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ANÔNIMO. Soviet Revisionists’ Fascist Dictatorship. **Peking Review**, n. 4, jan. 25, 1974, pp. 12-14. Disponível em: <<http://massline.org/PekingReview/PR1974/PR1974-04c.htm>>.

_____. Soviet Social-Imperialism in 1974: more exposure of its true colors. In: **Peking Review**, n. 5, jan. 31, 1975, pp. 16-8. Disponível em: <<http://massline.org/PekingReview/PR1975/PR1975-05b.htm>>.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

BOSNITCH, Sacha. The Conversion from Stalinism to ‘Titoism’: its impact on the Yugoslav Communist Militants. In: **XIIth World Congress of the International Political Science Association**, Rio de Janeiro, August 12, 1982. Disponível em: <journals.hil.unb.ca/index>.

BOTERBLOEM, Kees. **Life and Times of Andrei Zhdanov: 1896 - 1948**. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2004,

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

EVANS, Graham & NEWHWNHAM, Jeffrey. **Dictionary of International Relations**. London: Penguin, 1998.

FERGUSON, Niall. **The War of the World: Twentieth-Century conflict and the descent of the West**. New York: Penguin, 2006.

FERREIRA, Oliveiros S. **A Teoria da ‘Coisa Nossa’: ou visão do público como negócio particular**. Rio de Janeiro: EBooks Brasil, 2004.

GADDIS, John Lewis. **Strategies of Containment: a critical appraisal of American national security policy during the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GIBBS, David. **Political Economy of Third World Intervention: mines, money and U.S. policy in Congo Crisis**. Chicago: Chicago University Press, 1991.

GASSET, José Ortega y. **Una Interpretación de la Historia Universal**. Madrid: Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1980.

GRAY, John. **Cachorros de Palha: reflexões sobre humanos e outros animais**. Rio de Janeiro: Record, 2009,

_____. **Missa Negra: religião apocalíptica e o fim dos tempos**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

HALPER, Stefan & CLARKE, Jonathan. **The Silence of the Rational Center: why American foreign policy is failing**. New York: Basic Books, 2007.

HEISENBERG, Werner Heisenberg. **Physics and Philosophy: the revolution in modern science**. London: Penguin, s/d.

HOBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1990.

JOHNSON, Paul. **Tempos Modernos**: o mundo dos anos 20 aos 80. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Instituto Liberal, 1994, p. 363.

KENNAN, George F. **861.00/2 - 2246**: telegram from the charge in Soviet Union to the Secretary of State, 1946. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/coldwar/documents/episode-1/kennan.htm>> (acesso a 29 de novembro de 2012).

KENNAN, George F. (‘X’). The Sources of Soviet Conduct. In: **Foreign Affairs**, July, 1947. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/23331/x/the-sources-of-soviet-conduct>> (acesso a 25 de novembro de 2012).

KISSINGER, Henry. **La Diplomacia**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **The Practice of Conceptual History**: timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002.

LOURENÇO, Eduardo. **A Morte de Colombo**: metamorfose e fim do Ocidente como mito. Lisboa: Gradiva, 2005.

LAATS, Alar. **The Concept of the Third Rome and Its Political Implications**. Estonian National Defense College, s/d, pp. 98-113.. Disponível em: <http://www.ksk.edu.ee/wp-content/uploads/2011/03/KVUOA_Toimetised_12-Laats.pdf> (acesso a 25 de novembro de 2012).

LIPPMAN, Walter. The Cold War, 1947. In: **Primary Sources: workshops in American history**. Disponível em: <<http://www.learner.org/workshops/primarysources/coldwar/docs/lippman.html>>

MCCULLOUGH, David. **Truman**. New York: Simon & Schuster, 1992.

MEACHAM, John. **Franklin & Winston**: a intimidade de uma amizade histórica. Rio de Janeiro: Record, 2006.

NASSER, Gamal Abdel. **A Revolução no Mundo Árabe**: a filosofia da revolução; o povo no poder. São Paulo: EDARLI, 1963.

POCOCK, John Greenville Agard. Concepts and Discourses: a difference in culture? Comment on a paper by Melvin Richter. In: LEHMANN, Helmut Lehmann & RICHTER, Melvin Richter (orgs). **The Meaning of Historical Terms and Concepts**: new studies on Begriffsgeschichte. New York: German Historical Institute, 1996, pp. 47-58.

RESTON, James, Jr. **Os Cães do Senhor**: Colombo, a Inquisição e a derrota dos mouros. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ROBERTS, Adam. 'International Relations After the Cold War'. **International Affairs**, 84: 2 (2008), pp. 335-50.

ROBERTS, J. M. **The Penguin History of the Twentieth Century**. Penguin: 1999.

SAUVY, Alfred. Trois Mondes, Un Planète. In: **L'Observateur**, 14 août 1952, p. 14. Disponível em: <<http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html>>.

SMITH, P. D.. **Os homens do fim do mundo: o verdadeiro Dr. Fantástico e o sonho da arma total**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SMITH, Thomas W. **History and International Relations**. London; New York: Routledge, 1999.

STEFAN, Charles G. **Roosevelt and the Wartime Summit Conferences with Stalin: a retrospective view**, disponível em: <http://www.unc.edu/depts/diplomat/AD_Issues/amdipl_6/stefan.html#top> (acesso a 20 de novembro de 2012).

STEIL, Benn. Red White: why a Founding Father of Postwar capitalism spied for the Soviets. **Foreign Affairs**, Digital Edition, March/April 2013.

TITO, Josep Broz. Concerning the National Question and Social Patriotism. November 26, 1948. In: **Tito: Selected Speeches and Articles, 1941-1961** pp. 96-105. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/tito/1948/11/26.htm>>.

US NSC. A Report to the National Security Council: NSC 68, April 12, 1950. In: President's Secretary Files, Truman Papers.

Vários. **Documents in United States History**. New Jersey: Prentice Hall, s/d.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995.

WILLAME, Jean-Claude . **Patrice Lumumba: la crise congolaise revisitée**. Paris: Karthala, 1990.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem vindo ao deserto do real!** Cinco ensaios sobre o onze de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo, 2004.

*Todos os acessos a documentos na Internet foram efetuados a 20 de novembro de 2013, salvo menção em contrário.